



# Prefeitura Municipal de Assis

Estado de São Paulo

## PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO Nº 349/2021 - Tenente Genova, Alexandre Cachorrão, Douglas Azevedo, Fernando Vieira, Jonas Campos, Pastor Edinho, Rogério Nascimento, Vanessa Eugênio - REQUER INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO SOBRE A POSSIBILIDADE DE ISENÇÃO PARCIAL, TOTAL OU TEMPORÁRIA AOS MUNICÍPIOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO DO IPTU (IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL), QUE ESTÃO EM TRATAMENTO DE COVID-19

## TRAMITAÇÃO

Data da Ação	21/07/2021
Unidade de Origem	Poder Executivo - Gabinete
Unidade de Destino	Poder Legislativo - Secretaria
Status	Proposição respondida pelo Executivo

## TEXTO DA AÇÃO

RESPOSTA DO REQUERIMENTO: 349/2021.

Isenção parcial ou total ou temporária são vedadas pela Lei complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - que reza em seu artigo 11 " Constituem requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação".

A Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que tange as medidas de compensação no período mencionado por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas , ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Desta forma concluímos que tal prática contraria o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive podendo o município ser penalizado pelo Tribunal de contas.

O contribuinte poderá a partir de 2022 renegociar seus débitos com a Prefeitura em até 120 parcelas.

Assis, 21 de julho de 2021.

**PREFEITO MUNICIPAL**



